



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 58

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE SUA ALTEZA IMPERIAL, O PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO

O Presidente do Senado Federal de acordo com o dispositivo no art. 1.º, §§ 1.º e 2.º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, às quinze horas e trinta minutos, do dia 23 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente a visita de sua Alteza Imperial, o Príncipe Akihito, Herdeiro do trono japonês.

Senado Federal, 9 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de maio de 1967, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do recurso do Sr. Deputado Ernani Sátyro, do despacho que determinou o arquivamento, por inconstitucionalidade, do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1967, que adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição Federal promulgada em 24 de janeiro de 1967.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1967

Aposenta a Taquígrafa de Debates, PL-3, Maria da Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada, nos termos dos arts. 100, item I e 101, item I, letra "b", da Constituição de 1967, combinado com o disposto na Resolução nº 13, de 1963, a Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria da Aparecida Jordão.

Senado Federal, 18 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1967

Aposenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, de acordo com os arts. 100, item I e 101, item I, letra "b", da Constituição de 1967, combinado com os arts. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Aloysio Costa de Oliveira.

Senado Federal, 18 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 65ª SESSÃO, EM 18 DE MAIO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clóvis Maia
José Guimard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Prindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Vitorino Freire
Petrônio Portela
José Cândido

Menezes Pimentel
Paulo Saruata
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho

Milton Campos
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krüger
Mem de Sá (59)

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado, autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1967

(Nº 1.438-C-60 NA ORIGEM)
Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no país, de centrais telefônicas automáticas.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É concedida, pelo prazo de 1 (um) ano, isenção dos impostos de

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

A. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

REQUERIMENTO

Nº 412, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre motivos da diferença existente na concessão de empréstimos para compra de imóveis entre a Caixa Econômica da Guanabara, que financia NCr\$ 33.000, e a do Estado do Rio de Janeiro que somente empresta NCr\$ 15.000.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, por que motivos a Caixa Econômica da Guanabara está concedendo empréstimos para compra de imóveis na base de NCr\$ 33.000 (trinta e três mil cruzeiros novos) e a do Estado do Rio de Janeiro somente está financiando NCr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros novos), quando os problemas sociais, nos dois Estados, são os mesmos no tocante à aquisição de casa própria?

Sala das Sessões em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 413, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre construção de Hospital nos municípios de São João do Meriti, Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — se foi tomada alguma providência visando a construção de um Hospital para servir aos habitantes dos municípios de São João do Meriti, Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 414, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre procedimento da Junta Interventora no SAPS, com referência às Delegacias, principalmente a de Brasília, face ao Decreto-Lei nº 224, de 28-2-67.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o seguinte:

1) Qual o procedimento da Junta Interventora no SAPS, com referência às Delegacias, principalmente a de Brasília, face ao Decreto-Lei nº 224, de 28-2-67?

2) Passaram para a COBAL, inclusive o pessoal? Através de que ato? Onde foi o mesmo publicado?

3) Foram baixados atos de dispensa dos Delegados? E dos Chefes de Seção? Onde foram publicados?

4) Os atuais responsáveis, se existirem, pelas Delegacias, são também, credenciados pelo órgão Central do SAPS?

5) Por que até esta data os Servidores da Delegacia de Brasília não receberam seus vencimentos de abril?

6) Em que dispositivo legal baseia-se o titular da Delegacia de Brasília para cortar os dias em que o servidor se encontra doente se este apresentar seu atestado médico, apenas, dentro de três dias?

7) Quem é o responsável atual, pelo SAPS, pela Delegacia de Goiás? Recebe Tempo Integral?

8) Estão sendo observados pelo SAPS o que é disposto no § 2º do art. 1º, o item IV do art. 2º e o § único do art. 3º do referido Decreto-Lei?

9) A Comissão Mista citada no Decreto-Lei nº 224, de 28-2-67, vem publicando suas decisões? Onde e quando?

10) Até 30 do corrente estarão ultimados os Processos de Readaptação e Enquadramentos previstos no art. 7 do mencionado Decreto-Lei?

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 415, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S. A. — sobre paralisação das obras do DNER para alargamento da pista da rodovia Rio — Bahia, à entrada da Cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — R.F.F.S.A. — por que motivo a referida RFF embargou as obras que o DNER vinha fazendo para o alargamento da pista da Rodovia Federal Rio — Bahia, à entrada da Cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 416, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre asfaltamento da rodovia Campos-S. Fidélis, Estado do Rio de Janeiro. Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foi tomada alguma providência visando ao asfaltamento da rodovia

Campos-São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 18-5-67. — Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 417, de 1967

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, requero, por intermédio da Mesa, seja solicitada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a seguinte informação:

— Qual a população, atualizada à data de hoje, do município de Sobral, no Estado do Ceará?

Sala das Sessões, 17 de maio de 1967. — Paulo Sarasate.

REQUERIMENTO

Nº 418, de 1967

Senhor Presidente

Conforme preceitua o Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência, encaminhar ao Poder Executivo, através do Senhor Ministro do Interior e Órgãos Regionais, o seguinte pedido de informações:

Que providências estão sendo tomadas para incluir o Estado do Espírito Santo em algum Órgão Regional de Desenvolvimento como o SUDENE, SUDEPAP e outros.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Vasconcelos Torres encaminhou à Mesa discurso para ser publicado nos termos do Art. 202, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

E O SEGUINTE O DISCURSO ENVIADO A MESA

Senhor Presidente

Senhores Senadores

Há problemas que, fôsse o Brasil um país tão organizado quanto desejamos que ele venha a ser, não deveriam chegar até esta Casa, ocupando o precioso tempo e a atenção dos Senhores Senadores da República.

Incluo entre esses problemas a costumeira inobservância das disposições legais, quando se trata de assegurar direitos adquiridos ou de oferecer aos assalariados, de um modo geral, o tratamento democrático e humano exigido pela própria posição em que colocamos o trabalho na hierarquia de nossos valores.

Problemas dessa ordem, decorrentes de inevitáveis mal-entendidos, poderiam e deveriam encontrar solução no plano administrativo, mediante o simples recurso verbal interposto pelo prejudicado.

Mas, infelizmente, não acontece assim, porque a autoridade ou o subalterno responsável pelo ato lesivo aos interesses de terceiros, quase sempre considera irreversível sua posição. Configura-se, desse modo, o impasse e ao injustificado, sem meios para recorrer à Justiça e dela esperar a solução de que carece com urgência, não resta outra alternativa senão recorrer ao parlamentar em quem votou, para que esse parlamentar de ao pequeno assunto provincial ou municipal, a repercussão ampla no Congresso, na imprensa e no Governo que abrirá o caminho de uma solução.

Trago hoje ao conhecimento desta Casa um desses problemas, envolvendo o interesse de humildes servidores aposentados e pensionistas da Rêde Ferroviária Federal.

importação e de consumo, para a importação, por empresas industriais instaladas no Brasil, de equipamento, máquinas, peças complementares, sobressalentes e acessórios, ferramentas material especializado e específico, sem similar nacional registrado, destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida nesta lei abrange também os bens descritos no art. 1º já importados pelas empresas e despachados nas repartições aduaneiras, mediante assinatura do respectivo termos de responsabilidade desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transtornado pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Indústria e Comércio, de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de comunicação que se acha sobre a mesa.

E' lida a seguinte

Em 18 de maio de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que me ausentarei do País a partir do dia 19 do corrente, pelo prazo de, aproximadamente, 30 dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar do Congresso das Organizações Turísticas Latino-Americanas, a realizar-se em Miami.

Atenciosas saudações. — Clodomir Millet.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A comunicação lida será publicada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimentos que se acham sobre a mesa.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO

Nº 410, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre doação do prédio da antiga destiladora de álcool de mandioca para a Cooperativa Agro-Pecuária de Itaperuna, Estado do Rio.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, se existe algum processo para doação do prédio da antiga destiladora de álcool de mandioca, sediada no município de Itaperuna, Estado do Rio, para a Cooperativa Agro-Pecuária de Itaperuna Ltda.?

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 411, de 1967

Requero, na forma do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Educação e Cultura as seguintes informações:

a) Se, no Acordo MEC-USAID, existe alguma cláusula expressa referente ao princípio de reciprocidade;

b) Se do referido Acordo consta cláusula dispondo sobre assistência técnica às Universidades Rurais.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1967.

O problema consiste no fato de que esses aposentados e pensionistas têm direito ao recebimento de adicionais, salário-família, complementações dietéticas, e o Instituto Nacional da Previdência Social recusa-se por ora a efetuar o pagamento dessas parcelas, sob a alegação de que o empregador — a antiga empresa com que o titular do benefício teve relações de trabalho — ainda não forneceu a documentação necessária à justificação dos pagamentos.

Senhor Presidente, a alegação do INPS pode ser válida, pode até trazer louvável-escrúpulo no trato dos dinheiros públicos — mas, é preciso também que não se deixe de considerar, no caso, o sagrado direito e o inadiável interesse de famílias modestas que não podem privar seus dependentes domésticos, por um mês sequer, de determinadas parcelas já consideradas certas na sua receita.

Venho, assim, Senhor Presidente, dirigir apelo ao Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que considere a possibilidade de tomar em relação ao assunto que focalizei as seguintes providências:

1 — Que a Rede Ferroviária Federal S.A. continue a confeccionar as folhas de pagamento referentes aos adicionais, ao salário-família e demais complementações dos proventos e pensões, até que o Instituto Nacional de Previdência Social receba do empregador, toda a documentação necessária à execução do referido serviço, em condições de dispor dos elementos materiais e jurídicos.

2 — Criar um Grupo de Trabalho para consolidar e sistematizar a completa legislação vigente a respeito de aposentados e pensionistas ferroviários, tornando-a racional e de fácil execução.

Transmito, ainda, ao Senhor Ministro dos Transportes, aqui, a sugestão que me foi feita pelos Aposentados Ferroviários, para que figure entre os integrantes desse Grupo o Sr. Henrique Ebboly Filho, pessoa que considero detentora das imprescindíveis qualidades para assegurar o trabalho proveitoso do Grupo, no rumo certo de suas finalidades.

3 — Promover medidas para que, no futuro, fique automaticamente assegurada a inclusão no Orçamento da União da verba correspondente às antigas complementares a que fazem jus os aposentados e pensionistas ferroviários, do mesmo modo como hoje se procede com os proventos pagos pelo Instituto, de modo que seu pagamento passe a ser regular e pacífico.

4 — Estudar um modo de evitar que as parcelas não consideradas como proventos, desapareçam por ocasião da morte do aposentado, evitando o grave impacto financeiro que hoje se verifica para a viúva, exatamente no momento em que mais amparo deve merecer.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa há projeto de lei complementar, da autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 28, de 1967

(LEI COMPLEMENTAR)

Regulamenta a aplicação do art. 3º da Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A criação de novos Estados e Territórios obedecerá ao disposto da presente Lei.

Art. 2º Para a criação de novos Estados ou a fusão de dois ou mais Estados, as Assembleias Legislativas

respectivas deverão reunir-se e aprovar decreto legislativo instituindo o plebiscito popular, em dia que será fixado pela Justiça Eleitoral, para consulta da população sobre a fusão ou criação de novo Estado.

Art. 3º Marcado o dia, é realizado o plebiscito de acordo com os ditames da lei eleitoral, sendo este favorável será realizada sessão conjunta de ambas as Assembleias Legislativas que decretarão lei única para ambos os Estados, a qual, promulgada pelos respectivos Governadores, será submetida a ratificação pelo Senado Federal.

Parágrafo único. A reunião conjunta das Assembleias Legislativas será presidida por um dos membros do Tribunal Superior Eleitoral, escolhido em plenário.

Art. 4º Ratificada a lei única pelo Senado Federal, ambas as Assembleias reunir-se-ão em Assembleia Constituinte para votar a Constituição do novo Estado.

Art. 5º Promulgada a Constituição, serão realizadas eleições gerais no novo Estado.

Parágrafo único. O mandato de Deputados estaduais, federais e Senadores eleitos nos termos deste artigo, terá a duração suficiente para a complementação dos mandatos anteriores, para observância das normas contidas no art. 175 da Constituição do Brasil.

Art. 6º A criação de novos Territórios será feita através de lei federal que os institua, ouvidas as populações dos municípios que os integrarão, por meio de plebiscitos.

Art. 7º O resultado do plebiscito, caso seja favorável à criação do novo Território, obrigará o Senado Federal a votar a legislação complementar à mesma que se fizer necessária.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1967. — Vasconcelos Torres.

Justificação

Ac ser promulgada a Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967, dispôs ela em seu art. 3º que a criação de novos Estados e Territórios dependerá de Lei Complementar.

Necessário, portanto, se faz que haja a iniciativa nesse sentido, e para tanto é que apresento o presente Projeto de Lei.

Como é claro, interpretei o texto constitucional no sentido de ser a criação de um novo Estado ou o desmembramento de uma parte de um Estado já existente, ou a fusão de dois Estados em um só, ou a fusão de Municípios de dois Estados diversos em uma nova unidade federativa.

Assim é que o projeto refere-se à fusão de Estados, sem que tal expressão se encontre no texto constitucional.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Projeto de Lei Complementar lido será publicado e, em seguida, enviado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações, apresentados ontem:

I — Do Senhor Senador Raul Giuberti:

Ao Ministro dos Transportes — Nº 391;

II — Do Senhor Senador Leandro Maciel:

Ao Ministro da Saúde — Nº 404;

III — Do Senhor Senador Bezerra Neto:

Ao Ministro da Agricultura — Nº 408;

IV — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres:

Ao Ministro da Fazenda — Nº 395;

Ao Ministro da Indústria e do Comércio — Ns. 392, 393, 394 e 396;

Ao Ministro das Minas e Energia — Nº 397;

Ao Ministro do Trabalho — Números 398 e 399;

Ao Ministro dos Transportes — Ns. 400, 401, 402 e 403.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há orador inscrito. Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, os Anais desta Casa registrarão, hoje, mais uma vez, minha presença nesta Tribuna, para homenagear a figura respeitável e austera do Marechal Eurico Dutra, cujo aniversário hoje transcorre.

Toda Nação reconhece os méritos do ex-Presidente, que atingindo a Presidência da República, depois de longos anos de ditadura e embora responsável pelo golpe de Estado de 1937, realizou um Governo democrático e tranquilo, formando um Ministério de pacificação nacional, recrutando nas áreas partidárias que o haviam combatido nas urnas algumas figuras eminentes, que deram relevo e brilho ao seu Governo, como os Senhores Raul Fernandes, Clemente Mariani, Daniel de Carvalho e Macedo Soares, que se tornaram depois seus dedicados amigos. O acatamento e o prestígio que Sua Excelência deu ao Senado e à Câmara tornaram-no credor de repetidas homenagens das figuras exponents da vida pública brasileira. Em todas as grandes crises nacionais, o Marechal Dutra, com seu grande patriotismo, jamais se omitiu, mas, ao contrário, corajosamente enfrentou os acontecimentos com sábios e enérgicos pronunciamentos. Solucionadas as crises, Sua Excelência, novamente, se recolhe na modestia do seu lar, onde os amigos vão reconhecer seu conselho sempre prudente e avisado.

Na sucessão do eminente Marechal Castello Branco, o Marechal Dutra tomou posição ao lado do atual Presidente Marechal Costa e Silva, e aqui esteve, na Convenção que homologou sua candidatura, recebendo no Congresso as maiores homenagens.

Eleito e empossado o Marechal Costa e Silva, o Marechal Dutra recolheu-se novamente à tranquilidade de sua vida rotineira e silenciosa sem procurar aparecer ou interferir na ação política e administrativa do novo Presidente, fazendo votos, que são os de todos os brasileiros, para que o Marechal Costa e Silva faça um Governo à altura das aspirações do povo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Já se tornou uma tradição de lealdade a presença de V. Exª na tribuna nesta data. V. Exª tem sido de uma invariável coerência, ao lembrar o grande estadista, aquele que, muito justamente, foi cognominado o Presidente de todos os brasileiros. Quando Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República, havia como que uma atmosfera de desconfiância. Muitos pensavam que seria implantado o militarismo neste País e, entre os títulos de glória que o homenageado possui, está o fato de

que, sendo um militar, foi, sem dúvida nenhuma, o mais civil de todos os Presidentes da República. Vossa Excelência sabe como ninguém que neste instante, eu não poderia omitir-me, deixando dedar o meu aplauso, o meu apoio à lembrança de Vossa Excelência, não pelo lado afetivo, não pelo lado individual — como membro da Bancada dutrista, V. Exª sabe, que eu tenho motivos respeitáveis, motivos de sobra, para querer bem a esse grande homem público mas como brasileiro. Guindado à posição de representante do povo, na Câmara Alta, mais uma vez sublinho os bons serviços prestados pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra ao País e à Democracia. Que o seu exemplo seja imitado no presente e no futuro, porque um Governo a moda Dutra significa tranquilidade e progresso para a Nação brasileira.

O SR. VICTORINO FREIRE — Agradeço o aparte com que me honrou o eminente colega Senador Vasconcelos Torres que, como eu, jamais varon nas manifestações de apreço e de solidariedade ao eminente Presidente Dutra.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com muito prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Estou certo de que V. Exª interpreta o sentimento de todo Senado na justa homenagem que presta ao grande brasileiro Marechal Eurico Dutra.

O SR. VICTORINO FREIRE — O aparte do Senador Daniel Krieger, líder do Governo, vem enriquecer o discurso do humilde orador.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Como representante de Mato Grosso, associao-me, com prazer, às homenagens que o Senado, na pessoa de V. Exª, presta ao grande soldado e cidadão Marechal Eurico Dutra.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Apresento também minhas homenagens ao Marechal Eurico Dutra, na oportunidade do seu aniversário natalício, tão bem lembrado pelo meu bom amigo, Senador Victorino Freire. Acompanhei de perto a atuação do homenageado, quando Ministro da Guerra do Presidente Getúlio Vargas, sendo o maior sustentáculo do seu Governo. Embora militar, mostrou-se Dutra um civilista como governantes do Brasil.

O SR. VICTORINO FREIRE — Os apartes dos eminentes Senadores Fernando Corrêa e Pedro Ludovico enriquecem o meu discurso.

O Sr. Ruy Carneiro — Dá licença para um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quero solidarizar-me com V. Exª pela justa homenagem que está prestando ao preclaro brasileiro Presidente Eurico Dutra. Como nos anos anteriores, tenho estado sempre presente nos aplausos que a Nação, nesta data, costuma proporcionar, num preito de justiça, ao eminente aniversariante, que é, indiscutivelmente, uma das insignes figuras desta República. O Marechal Eurico Dutra, merece as homenagens que lhe presta, hoje, o Senado Federal através da palavra do ilustre representante do Maranhão, Senador Victorino Freire, e demais colegas que estão, neste momento, manifestando pela justiça dos aplausos a esse grande homem público.

O SR. VICTORINO FREIRE — O aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Carneiro, vem abrilhantar o meu discurso.

(Retomando a leitura)

"Ministro da Guerra quase 9 anos, realizou naquela pasta uma administração exemplar. Comandante da 1.^a Região, coube a Sua Excelência abafar em poucas horas a intempestiva vermelha do 3.^o de Infantaria. Como chefe militar foi o mais civil dos Presidentes.

Merece, pois o Marechal Dutra, com toda a justiça, a homenagem que nestas singelas palavras, presto ao grande soldado, ao Chefe, ao homem particular e ao amigo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa unânime às homenagens promovidas pelo Senhor Senador Victorino Freire, reiterando iniciativa sua de cada ano, desta feita com assentimento de toda a Casa, de vez que não só os eminentes Líderes Senadores Daniel Krieger, Filinto Müller e Eurico Rezende, como os preclaros Senadores Aloysio de Carvalho, Benedito Valladares e Rui Palmeira e os ilustres colegas Senadores Vasconcelos Torres, Ruy Carneiro e Pedro Ludovico expressaram a sua solidariedade, assim evidenciando o respeito e admiração que o Senado da República tributa àquele grande brasileiro, a quem hoje na Guanabara serão prestadas excepcionais demonstrações de apreço.

Escolheram os seus amigos da antiga Capital da União, para ilustrar o pergaminho que acompanha a expressão símbolo de sua estima o notável ensinamento da Imitação de Cristo que afirma ser verdadeiramente grande aquele que a seus olhos se julga pequeno e que a todos dá primazia em glórias e honrarias e este, em verdade, é o grande, o inextinguível mérito de Eurico Gaspar Dutra. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, antes que V. Ex.^a anuncie o requerimento do nobre Senador Wilson Gonçalves, que visa a prestar homenagem a um parlamentar prematuramente desaparecido, quero ocupar a tribuna por uma questão elementar de ética, por um dever moral que norteia a minha conduta parlamentar, tanto aqui quanto na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Levantei suspeita sobre atitude do DTUI, tomando como represália a discurso pronunciado pelo eminente Senador Atílio Fontana o desligamento do seu aparelho telefônico. Foi uma coincidência realmente esquisita. E, no debate, criei o caso para que V. Ex.^a recebesse uma satisfação. O Presidente eventual dos trabalhos, Senador Cattete Pinheiro, ficou de tomar as providências devidas. E tomou.

Hoje, fui procurado pelo Major Eudes Freitas, Técnico de Comunicações do Exército brasileiro, e ele me declarou que o serviço de ligação interurbana não tem nada com o DTUI, pois pertence à EMBRATEL. De maneira que a acusação por mim formulada, — ou melhor, não chegou a ser acusação, foi mais uma pergunta — não teve a consistência que pensei eu tivesse. Os motivos foram outros, e daqui da tribuna — acho que este é o gesto nobre do parlamentar que se presta — quero dizer desculpas ao Major Eudes Freitas pela consideração

que fiz envolvendo a repartição que S. S.^a dirige. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — As declarações de V. Ex.^a, feitas com a nobreza que o caracteriza, serão registradas nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Senhor 1.^o Secretário.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 419, de 1967

Requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Walter Bezerra de Sá, que desaparece em pleno exercício do mandato de Deputado Federal pelo Ceará, com uma folha de relevantes serviços ao País:

- 1) Inserção em ata de um voto de profundo pesar;
 - 2) Apresentação de condolências à família e ao Estado do Ceará;
 - 3) Designação de uma Comissão de cinco membros para representar o Senado nos funerais;
 - 4) Levantamento da sessão.
- Sala das Sessões, em 18 de maio de 1967. — Wilson Gonçalves. — Meneses Pimentel. — Gilberto Marinho. — Petrólio Portela. — Carlos Lindemberg. — Alvaro Maia. — Vasconcelos Torres. — Leandro Maciel. — Fernando Corrêa. — Bezerra Neto. — João Cleofas. — Aloysio de Carvalho. — Domicio Gondim. — Antônio Balbino. — Lobão da Silveira. — Guido Mondim. — José Leite. — Antônio Carlos. — Argemiro de Figueiredo. — Victorino Freire. — Adolpho Franco. — Cattete Pinheiro. — Melo Braga. — Edmundo Levi. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o requerimento.

O SR. WILSON GONÇALVES:

Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, cumprio neste instante o doloroso dever de participar, oficialmente a esta Casa o falecimento do ilustre Deputado Walter Bezerra de Sá, integrante da Bancada cearense na Câmara dos Senhores Deputados.

O acontecimento lutooso, Sr. Presidente, colheu-nos a todos com indescritível surpresa e, sem dúvida, provocou um abalo na nossa sensibilidade, repercutindo, dolorosamente, em toda a coletividade cearense.

Com efeito, Sr. Presidente e Senhores Senadores, o ilustre morto, ao per de suas qualidades pessoais como cavalheiro de fino trato e de amena convivência, há longos anos militava na vida política cearense e sempre se destacou pela compreensão dos reais problemas de nossa terra e pela serenidade e patriotismo com que encarava suas soluções.

E, sem dúvida, uma grande perda para nós, porque, além da falta de sua convivência, de sua colaboração valiosa no esforço comum que fazemos na defesa dos legítimos interesses do Estado que representamos, abre-se também uma lacuna nos quadros da vida política do nosso Estado, deixando em todos nós uma imensa saudade.

O Deputado Walter Bezerra de Sá foi um desses homens que, não obstante procedente de família cujas raízes se aprofundam na vida política

do nosso Estado, dedicou-se, embora bacharel em Direito, à atividade comercial em Fortaleza e, posteriormente, no Rio de Janeiro, e graças às suas qualidades pessoais, graças à sua capacidade de trabalho, pode-se dizer-se é um homem que venceu pelo seu próprio esforço.

Depois de destacar-se na sua atividade profissional e restabelecendo velhas ligações políticas, que aproximam os seus maiores da atividade política do meu pai, veio como representante do Ceará à Câmara Federal, na legislatura de 1954 a 1955, e ali, como agora em Brasília, dedicou todos os seus esforços no exame, no estudo e na solução dos problemas do nosso Estado.

Vale acentuar como uma de suas realizações, dentro da sua operosidade política, a criação da Escola de Engenharia do Ceará, fruto de seus esforços e resultante de projeto que apresentou ao Congresso Nacional.

Era um homem que, não obstante atraído pelas atividades comerciais, tinha uma sensibilidade especial para os problemas de nossa terra, e basta o exemplo que acabei de citar para colocá-lo entre aqueles a quem o Ceará deve realmente inestimáveis serviços.

O Deputado Walter Bezerra de Sá deixa viúva Dona Laís Cabral de Sá, irmã do nosso saudoso Senador Fausto Cabral, e os seguintes filhos: Dr. Raul Cabral de Sá, engenheiro superintendente das Docas do Ceará; Dr. Sérgio Cabral de Sá, engenheiro da CEDAG, no Rio de Janeiro; e Dona Edith Sá Villemor Negri, casada com o Dr. Eduardo Villemor Negri, arquiteto residente em Brasília.

Além desses, pertencem à sua família, o Dr. Edgard Bezerra de Sá, médico em Fortaleza, Renato Bezerra de Sá, comerciante, e Humberto Bezerra de Sá todos seus irmãos.

Como disse, Sr. Presidente, não me desejo alongar nas considerações que estou fazendo para homenagear a figura desaparecida do ilustre cearense, porque, como é evidente, para mim o fato é profundamente doloroso. Além de correligionário político, de velhas ligações partidárias nas antigas lutas políticas do meu Estado, tinha, na pessoa do Deputado Walter Bezerra de Sá, um grande amigo, que estreitava, cada vez mais, como o seu cavalherismo, com o seu temperamento lano e amável, a amizade que tanto nos uniu.

Quero, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, refletindo o pesar que inunda toda a coletividade cearense, em meu nome, em nome da bancada cearense e em nome da bancada da ARENA neste Casa, formular as nossas homenagens mais reais, partidas do fundo do coração, no momento em que desaparece o ilustre político e grande amigo.

Deixamos, pois, nos Anais desta Casa, como nosso tributo, a homenagem a um homem de bem que sempre serviu à causa do seu Estado.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente por delegação do Movimento Democrático Brasileiro trago a nossa solidariedade à manifestação de pesar promovida pelo eminente Senador Wilson Gonçalves e vários Srs. Senadores.

A atuação política do Deputado Walter Bezerra de Sá, segundo as expressões da política do MDB do Estado do Ceará, sempre foi no sentido de revelar em S. Ex.^a não apenas o homem público, mas o político ligado a iniciativas e objetivos no interesse do desenvolvimento da região

nordestina, particularmente do Estado onde nasceu e que representava.

A nossa solidariedade a esta manifestação é, pois, não somente um dever parlamentar, que cumprimos com consciência, mas acima de tudo o reconhecimento do que é devido a um homem que prestou, realmente, serviços ao seu Estado e à Nação.

De modo que a nossa bancada, reconhecendo a justiça na manifestação do Senado, traz, por intermédio do seu representante, seu pleno apoio a manifestação de pesar, associando-se, integralmente, às palavras proferidas pelo eminente Senador Wilson Gonçalves que, reconhecemos, não falaria apenas em nome da ARENA — S. Ex.^a manifestou os sentimentos unânimes do Senado da República. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer senados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa traz sua solidariedade à manifestação de pesar e à homenagem prestada pelo egrégio Plenário ao eminente Deputado Walter Bezerra de Sá, desaparecido no exercício de suas funções parlamentares. Fará cumprir a deliberação do Senado, adotando as providências constantes do requerimento, inclusive suspendendo a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência dá conhecimento à Casa, para que conste dos Anais, da manifestação do Sr. Alfredo Buzaid, Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, se solidarizando com a opinião expendida pelo Professor Miguel Reale quanto ao caso de atribuição de competência ao Vice-Presidente da República para presidir ou não o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 19 DE MAIO DE 1967

(SEXETA-FEIRA)

1

Discussão, em 1.^o turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Feliciano, que revoga o art. 11 da Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949, que dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, tendo Pareceres sob ns. 280, 261, 262, 263 e 264, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Agricultura — 1.^o pronunciamento: pela audiência do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil (consultas não respondidas); 2.^o pronunciamento, favorável; de Economia, favorável; de Finanças, favorável.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rui Palmeira, que estabelece normas para a aplicação do que dispõe a alínea a do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo Pareceres, sob ns. 255 e 256, de 1967, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; Educação e Cultura, pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 65 DE 17 DE MAIO DE 1967

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aloísio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o auto do Senado, placa 80-10, dirigido pelo servidor Francisco Pereira da Silva, bem como avaliar os danos sofridos pela natureza.

Secretaria do Senado, em 17 de maio de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 66 DE 17 DE MAIO DE 1967

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Maria Carmem Castro Souza, Auxiliar de Se-

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

cretaria, PL-11, para ter exercício na Secretaria Geral da Presidência.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de maio de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 67 DE 17 DE MAIO DE 1967

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e tendo em vista a representação do Chefe do Serviço de Transportes, resolve suspender por 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 209 da Resolução nº 6, de 1960, por desrespeito a ordem de serviço, o Motorista, PL-10, Jacy Barbosa.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de maio de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 67 DE 17 DE MAIO DE 1967

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e tendo em vista a representação do Chefe do Serviço de Transportes, resolve designar Aloísio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos

Parlamentares, PL-2, e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do incidente havido na garagem do Senado entre o Motorista PL-10, Jacy Barbosa e o vigia de serviço Joaquim Ferreira Tota.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de maio de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DE SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1967.

Aos treze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na Sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Atilio Fontana, Ivar Saldanha, Armando Corrêa, Henrique La Rocque e Aníz Badra, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara,

reuniu-se o Conselho Deliberativo desse Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente apresenta a proposta orçamentária para o presente exercício financeiro, que após a discussão é distribuída ao Sr. Atilio Fontana para relatar. A seguir, o Sr. Aníz Badra relata o processo de concessão de empréstimo simples aos parlamentares eleitos para a presente legislatura, os quais não têm contribuições suficientes para oferecerem como garantia, opinando para que se conceda aos mesmos empréstimo de NCr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos), a partir de primeiro de agosto vindouro, independentemente das contribuições já recolhidas. O Conselho aprova este parecer estendendo o benefício a todos os associados, que estejam na mesma situação, de acordo com as possibilidades de consignação no vencimento dos interessados. Finalmente, nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas, e, para constar, eu, *Alberto de Oliveira*, Secretário, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — *Mons. Arruda Câmara*.

COMISSÃO DE SAÚDE

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1967

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia onze de maio de mil novecentos e sessenta e sete, presentes os Senhores Senadores Manoel Vilaga, Duarte Filho, Fernando Corrêa e Pedro Ludovico, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Manoel Vilaga, reúne-se a Comissão de Saúde. Havendo número legal o Sr. Presidente declara iniciados os trabalhos da Comissão, concedendo, em seguida, a palavra ao Senhor Senador Duarte Filho, para leitura do parecer de sua autoria, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, que modifica o item III do art. 173 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatutos dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Após a leitura do parecer, que é pela aprovação do Projeto, o Senhor Presidente coloca-o em discussão e votação, sendo o mesmo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, *Alexandre Marques de Albuquerque Mello*, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

6ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1967

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às quinze horas e trinta e nove minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Vasconcellos Torres, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Lino de Mattos, Menezes Pimentel e Paulo Torres, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello, José Guilomard e Adalberto Sena.

É procedida a leitura da Ata da reunião anterior que, aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

A seguir, dando começo ao estudo da matéria constituidora da pauta, é concedida a palavra ao Senhor Senador Menezes Pimentel.

Com a palavra, o Senhor Senador Menezes Pimentel lê parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, que "Modifica o item III do art. 173 da Lei número 1.711, de 28 de outu-

bro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União)".

Concluindo, evidencia a oportunidade e objetividade da medida consubstanciada na proposição, de autoria do Senhor Senador Júlio Leite e manifesta-se pela sua aprovação, na forma do substitutivo da Comissão de Saúde, com a submenda que apresenta em desdobramento do art. 2º em 2º e 3º, com nova redação.

Colocado em votação, por unanimidade, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, lavrei eu, *J. Ney Passos Dantas*, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1967

As 14 horas do dia 17 de maio de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores João Cleofas, José Leite, Leandro Maciel, Manoel Vilaga, Clodomir Millet, Paulo Sarasate, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa Bezerra Neto, Lino

de Mattos, Aurélio Vianna e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Mem de Sá, Adolpho Franco, Sigfredo Pacheco, Oscar Passos e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Carvalho Pinto que emite parecer favorável, nos termos de Projeto de Resolução, ao Ofício número S-7, de 1967, do Senhor Prefeito de São Paulo, solicitando autorização do Senado para obtenção de financiamento no exterior.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

A seguir, com a palavra o Senhor Paulo Sarasate oferece parecer favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara número 102, de 1963, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo*, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Mandêl Vilela — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Atilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 18 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Patrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcellos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Patrônio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnou de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

Adalberto Sena
 Lino de Mattos

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Patrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Mandêl Vilela
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Correa

Antônio Carlos
 José Guilomard
 Daniel Krieger
 Patrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Ceazo Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnou de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimara
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A**TITULARES**

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

SUPLENTE

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaça
Menezes Fumetel
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos
Aarão SteinbruchArthur Virgílio
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 13:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atilio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 13:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Leão da Silveira
José Feliciano
Paulo Müller
Sigefredo Racheo**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 13:00 horas.